

Artigo recebido em:

31.03.2016

Aprovado em:

28.12.2016

José Augusto Mendes
Lobato

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPG-COM-USP). Professor de pós-graduação lato sensu dos cursos de Produção Executiva e Gestão em TV e Jornalismo Cultural no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Coordenador de conteúdo e editor na agência Report Sustentabilidade. Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2011) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade da Amazônia (2009). E-mail: gutomlobato@gmail.com

Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem

José Augusto Mendes Lobato

Resumo

No intuito de articular as diversas reflexões teóricas a respeito da tensão entre narratividade e referencialidade no discurso de informação, este texto busca definir os elementos de linguagem da grande reportagem jornalística, diferenciando-a de outros formatos correlatos. Para isso, analisamos a configuração do gênero e de seus pressupostos, funções e correntes, além de examinarmos os diversos conceitos de notícia e reportagem. Ao fim, mapeamos cinco grandes características da grande reportagem – ampliação espaço-temporal e contextual; construção dramática; reforço da enunciação/autoria; singularização do fato; e uso de índices de ficcionalização – e aventamos a hipótese de que, mais que uma variação do campo do jornalismo, esse formato é uma manifestação da narratividade ou ficcionalidade, sempre presentes em maior ou menor medida nos textos de informação.

Palavra-chave:

Jornalismo. Grande reportagem. Narratividade.

Abstract

In order to articulate the various theoretical reflections about the tension between narrativity and referentiality in informative discourse, this text seeks to define the elements of language of journalistic in-depth reporting, distinguishing it from other related formats. For this, we review the configuration of the journalistic genre and its premises, functions and currents, as well as examine the various concepts of news and reporting. At the end, we map five major characteristics of in-depth reporting – space-time and contextual expansion; dramatic construction; reinforcing of enunciation/authorship; singularization of facts; and the use of fictionalization elements – and present the hypothesis that, more than a variation of the field of journalism, this format is a manifestation of narrativity or fictionality, which are always present to a greater or lesser extent in information texts.

Keywords:

Journalism. In-depth reporting. Narrativity.

Entre as diversas funções que o hábito de narrar e ouvir histórias possui, uma das mais importantes, e talvez a primeira a posicionar a narrativa como um aspecto relevante da produção criativa humana, é justamente a que define o jornalismo: a transmissão de informações e o desenho, a partir delas, de repertórios do visível. Nas mais diferentes formatações estilísticas e convenções de gênero, as narrativas que produzimos nos auxiliam na tradução de conceitos, na articulação de respostas para os fenômenos que nos circundam e, como afirma Bruner (2014, p. 35), na mediação entre os planos do mundo e o da consciência, a fim de “dar sentido às coisas quando isso lhes falta” em nossa experiência cotidiana (BRUNER, 2014, p. 38).

Essa confluência da materialidade do real e da subjetividade humana, que subsidia a produção narrativa, é capaz de orientar e, em certa medida, domesticar nossa experiência segundo modelos preestabelecidos e continuamente renovados, capazes de gerar consensos, confortos e modos de ver e viver. Não à toa, podemos notar, em todos os processos da linguagem, uma natureza *prescritiva* – de produção de visadas, representações sociais e conceitos –, que, nos termos de Moscovici (2003), rotiniza nossa experiência de mundo e indica os modos com que devemos apreender os sinais do ambiente exterior, convertidos em relatos.

Não é difícil notar a conexão entre tais raciocínios e a própria estruturação do campo do jornalismo “como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais” (SODRÉ, 2009, p. 12). Consolidado em meio à queda das monarquias absolutistas nas sociedades ocidentais e ao surgimento do ideário democrático e do Estado de Direito, o fazer jornalístico nasce como uma espécie de adaptação ou evolução do senso comum (VIZEU, 2000), em diálogo com métodos de apreensão emulados da linguagem científica – no que concerne à disciplina de verificação/marcação dos fatos – e um modelo que combina a mediação de conhecimento e a transmissão de experiências.

Por isso mesmo, o discurso informativo “constrói uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano” (SODRÉ, 2009, p. 87), em sintonia com os processos gerais da linguagem, a despeito das insistentes tentativas de mascarar sua narratividade.

Neste texto, buscaremos fazer um breve percurso pelas noções que caracterizam o processo jornalístico – os procedimentos e técnicas de marcação do fato, os elementos de qualidade da informação, a função referencial –, tendo como objetivo encontrar uma definição precisa para a grande reportagem. Com diferentes focos e terminologias, diversos autores têm desenvolvido a diferenciação entre notícia e reportagem em termos do nível de exposição linear do acontecimento; de modo geral, vemos que a natureza de cada material jornalístico aproxima-se da notícia conforme o grau de referencialidade, ficando a reportagem mais próxima da ficcionalidade – embora sem deixar de lado a disciplina de verificação dos fatos. Nossa intenção é examinar quais características, de fato, marcam a abordagem da realidade no âmbito da grande reportagem – que pode ser, enfim, percebida como um mecanismo de reforço da narratividade implícita do próprio jornalismo, emulando técnicas da ficção literária e de construção dramática à hora de expor e produzir representações socialmente dirigidas.

A consolidação de um gênero sociodiscursivo

Encontrar os marcos centrais do jornalismo, para diversos pesquisadores do campo (SODRÉ, 2009; BENEDETI, 2009; SPONHOLZ, 2009), demanda um breve percurso pelo desenvolvimento da imprensa de massa, por meio da qual uma “ideologia da transparência pública” marca a consolidação do jornalismo como campo de saber específico, já em meados do século XIX.

Conforme argumenta Sodré (2009) “a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos”;

entre estes, o autor cita a construção de uma narrativa sobre o próprio jornalismo, que o ergue à condição de produtor das verdades sociais, e “a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade” (2009, p. 12).

Essa construção de um estatuto próprio, o da transparência do discurso informativo, responde à evolução natural do gênero. Como afirma Traquina (2005), no século XIX, o jornalismo, impulsionado pela alfabetização, pelo surgimento de grandes empresas de comunicação e pela evolução tecnológica, deixou de ser um lugar de expressão da *intelligentsia* política e passou a atrair, capturar e qualificar mão de obra de profissionais especializados no fornecimento de informação, como qualquer outro segmento de mercado. Pouco a pouco, a especialização de um fazer jornalístico contribui para a formação do *ethos* profissional, baseado na ideia de “informar o público sobre as questões atuais de interesse público” e “servir como fórum (espaço aberto) para o debate público” (BENEDETI, 2009, p. 23), de forma imparcial, plural e equitativa, atuando em um “papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (BENEDETI, 2009, p. 59).

Nesse contexto, surge um dos principais pressupostos ou promessas ontológicas do jornalismo: a noção de objetividade, que podemos associar de forma simples – sem mergulharmos na complexa discussão de natureza filosófica que a precede – à “adequação de uma representação à realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 18). Negando as operações seletivas, afetivas e de ordenamento da experiência que transcorrem no processo de marcação do fato e construção do acontecimento, a mitologia da objetividade plena é uma marca ideológica que potencializa ao máximo o caráter referencial e documentário da narrativa de informação. Já valorizada em outros gêneros, a objetividade, no jornalismo, figura como preceito ético e moral da profissão.

Por obedecer “às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral”, diz Liriam Sponholz, o jornalismo

é incapaz de refletir o mundo que representa, já que este “processo é sempre perspectivo, eletivo e construtivo” (SPONHOLZ, 2009, p. 105). No entanto, por meio da disciplina de verificação/apuração dos fatos e do potencial de agregar diferentes perspectivas, a narrativa de informação tende a aproximar-se ao máximo da documentação referencial do vivido, por mais difícil que isso seja. Como diz a autora, o jornalismo é capaz de levar a conhecer: isso, porém, “não significa apenas processar e estruturar o que se vivenciou, mas também resulta da comparação da nova vivência com aquilo que já se sabe” (SPONHOLZ, 2009, p. 93). Ou seja: o campo da informação combina o referencial imediato (produção da atualidade) à construção de repertórios simbólicos compartilhados.

Como conectar as narrativas sobre os fatos cotidianos a esse ideário? Muitas respostas vieram sendo dadas, tanto nas rotinas profissionais quanto nas teorias que surgiram para explicar o jornalismo em termos científicos. Uma delas está nos valores-notícia – convenções e consensos que abordam “critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção” (VIZEU, 2000, p. 80) da narrativa jornalística. Definir o que é mais importante para o público é uma das formas de trabalhar na filtração e seleção dos fatos/acontecimentos a serem reportados, de acordo com critérios como atualidade, proximidade, impacto, frequência, amplitude, clareza/falta de ambiguidade, relevância, conformidade/consonância (previsibilidade e demanda), continuidade, composição, referência a nações ou pessoas de elite, personificação e negativismo (SODRÉ, 2009, p. 21). Objetividade na apuração e na edição de texto, defesa do interesse público e filtração pautada por valores-notícias que o refletem e reverberam seriam, portanto, as chaves de acesso a uma narrativa pura, isenta, capaz de informar seu público sobre os acontecimentos, fenômenos e eventos da vida cotidiana.

O desenvolvimento das modernas teorias do jornalismo e a expansão do jornalismo em diferentes mídias, do sé-

culo XIX ao XX, no entanto, permitiram notar que especificidades das rotinas de produção do discurso informativo, bem como a incursão de seus operadores em processos narrativos marcados pela seletividade e pela influência da subjetividade, influenciam fortemente a captação do acontecimento e a construção da notícia (WOLF, 1996, p. 217). Ao afirmar que “o cerne da objetividade ideológica da notícia é constituído dos mesmos materiais expressivos de que se valia o narrador antigo para cimentar com palavras os laços comunitários”, Muniz Sodré (2009, p. 15) propõe uma crítica à noção de objetividade, reconhecendo, na narração do fato, estruturas, recursos retóricos e composições muito semelhantes às antigas narrativas orais e aos gêneros literários. Isso, como já falamos, se deve às próprias origens do jornalismo e à sua herança dessas práticas comunicativas: a antiga função integradora da narrativa “continua presente na comunicação do acontecimento, em geral mesclando realidade histórica com imaginário coletivo, como se dava na oralidade narrativa clássica” (SODRÉ, 2009, p. 15).

A principal diferença entre o jornalismo e os gêneros que o precederam, podemos aferir, está, portanto, mais no estatuto do discurso que circula do que em sua própria mensagem: a presunção de imparcialidade que é atribuída àqueles que o produzem “não nasce simplesmente de uma lógica do enunciado”, e sim de uma hegemonia da enunciação, que “pressupõe uma luta ou um embate dos enunciados, de acordo com a variedade dos atores jornalísticos e extrajornalísticos no acontecimento” (SODRÉ, 2009, p. 47). Compreendê-lo não só como enunciado, mas, seguindo a terminologia de Sodré, como um gênero sociodiscursivo, é essencial para uma análise que compreenda as marcas e os efeitos de sentido produzidos em seu discurso.

O jornalista e a marcação do fato: funções e procedimentos

Como vimos, o que caracteriza o campo do jornalismo, desde sua gênese, como um gênero narrativo está tanto

em seu exterior – discursos circulantes que o legitimam – quanto no interior, em seus procedimentos e técnicas de narração. Esse aspecto abre espaço para discutirmos as próprias funcionalidades do jornalismo e faz-nos, desde já, notar uma característica importante: sua atuação como sistema não só de mediação de conhecimento, mas de transmissão de experiências e conformação do visível.

Se a representação social é, na esteira do pensamento de Moscovici (2003), a inscrição de determinadas construções ou imagens mentais nos sistemas de linguagem e, extensivamente, no *socius*, podemos aferir que o lugar do jornalista é, antes de tudo, o de um narrador ou contador de histórias, ou produtor de representações, responsável pela mediação entre alguns fatos ou fenômenos e um público ávido por conhecê-los. Não há, nesse processo, como escapar da transmissão intersubjetiva e do distanciamento entre receptor e acontecimento, dada a própria natureza social dos processos de representação. Medina (1988) sintetiza tal raciocínio de forma notável:

Relatar acontecimentos, fazer uma narrativa, é uma vivência universal [...]. E sempre narrar alguma história não é mais viver essa história. O fragmento de tempo posterior que a narrativa representa é a passagem fundamental para uma realidade substantiva, um esforço de prolongamento do instante anterior, de certa forma sempre intencional e articulada. [...] essa vivência substitui a vivência anterior e, por isso, a narrativa é um universo simbólico com características e funções que merecem um estudo à parte. E tanto faz que se trate de uma narrativa inteiramente ficcional como uma narrativa jornalística, que pretende ser referencial (MEDINA, 1988, p. 115).

Independentemente da angulação que o move, das fontes que seleciona, do estatuto que lhe é socialmente conferido e do processo de emissão e recepção da

narrativa por ele construída – elementos esses que, sem dúvidas, demandam análises próprias e específicas –, o profissional que opera neste campo atua como responsável por converter fatos brutos em fatos marcados (SODRÉ, 2009, p. 75), em uma complexa junção de experiências próprias, observações subjetivas da realidade social e critérios e procedimentos específicos de composição narrativa.

Aquilo que ele vê não corresponde plenamente – “apenas” referencia, segundo regras éticas e deontológicas – ao que se traz em seu texto; é um testemunho convertido em relato, em última análise, ou dupla abstração do real. Examinado à exaustão por diversos autores (MEDINA, 1988; JOST, 2009; RESENDE, 2012), esse caráter do texto jornalístico é, por si só, argumento convincente para entendermos que, mais que sob a lógica da verdade, ele opera no campo da verossimilhança e da autenticação, como explica Gomes (2000):

É por isso que as palavras como verdade e verdadeiro vêm sobrepor-se verossímil e credibilidade. O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito de real discursivamente construído. E credibilidade, hoje em dia a palavra chave em todas as instâncias sociais, é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude (GOMES, 2000, p. 30).

Essa notação nos permite observar algumas funcionalidades específicas do relato jornalístico, independentemente de sua formatação. A primeira delas é a de veículo ou repositório de experiências e visadas sobre os fatos cotidianos, com base em uma referencialidade intensificada, comparativamente a outros gêneros do discurso, como a ficção. Outro aspecto importante, discutido por Palacios (2010), Almeida (2006) e Sodré (2009), é a vinculação entre o jornalismo, a noção moderna de atualidade e a produção de memória. Conforme sinaliza Palacios (2010), a função da narrativa de informação é atuar como “espaço vivo de produ-

ção da atualidade, lugar de agendamento imediato e igualmente lugar de memória, produtor de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica” (PALACIOS, 2010, p. 40). Ao registrar os fatos segundo um conjunto de critérios, procedimentos e diretrizes – a checagem, a apuração por múltiplas fontes, o espaço para o contraditório, a busca por testemunhos/depoimentos etc. –, a narrativa jornalística, além de registrar a atualidade, busca servir como *locus* de acesso à memória e a registros historiográficos que permitem a compreensão do tempo presente e, ao mesmo tempo, sua conexão com eventos passados e suas potenciais consequências futuras, em um esforço contextual que ganha diferentes níveis de profundidade, de acordo com o formato adotado.

Nesse sentido, o jornalismo torna-se “memória em ato”; ou seja, “memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado” (PALACIOS, 2010, p. 41). A leitura do real promovida pelo discurso informativo o estrutura como lugar de memória – entendendo esta como uma construção social do passado recente, vivida individual e coletivamente, inscrita nas práticas culturais de seu tempo e capaz de alimentar a própria narrativa histórica, resguardadas suas diferenças metodológicas e qualitativas.

Outras funções implícitas no discurso jornalístico, não por acaso, comportam-se de maneira idêntica às reflexões que já traçamos sobre os processos narrativos em geral. Informar e dar acesso ao debate público são ingredientes óbvios e necessários à conformação de sentidos e à produção de visibilidade para quaisquer produções desse campo de conhecimento. Tais reflexões levam-nos a perceber o jornalismo, em suma, como um campo de conhecimento pautado (a) pela transmissão de testemunhos e experiências; (b) pela produção de memória e, também, da moderna noção de atualidade; e (c) pela mediação de conhe-

cimento e informação, servindo como *locus* de acesso ao espaço público e às representações coletivas que tentam dar conta de uma realidade complexa e ontologicamente impossível de se apreender em sua plenitude, fornecendo-nos os repertórios que possibilitam a compreensão da realidade visível e dos discursos circulantes de uma época. A proporção e os modos de traduzir tais funções em recursos estilísticos e de linguagem próprios, no entanto, variam de acordo com os formatos adotados na construção do acontecimento e na marcação dos fatos.

O tratamento do fato na mensagem jornalística: da notícia à reportagem

Apesar de obedecer aos mesmos pressupostos abordados anteriormente, as formas de produção jornalística possuem enfoques e tratamentos distintos, que vieram sendo incorporados em sintonia com as demandas das audiências, a especialização tecnológica dos meios e a influência de outros gêneros do discurso.

Aquilo que o leitor precisa saber; um fato imprevisível; um acontecimento trazido à tona; uma alteração no estado das coisas; algo que, na avaliação de jornalistas, interessa ou tem importância pública, à luz do público-alvo e dos valores-notícia. Essas são algumas das definições de notícia, segundo Muniz Sodré (2009, p. 22). No mesmo rumo, Jorge Pedro Sousa dirá que uma notícia é “um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade”, resultando de “um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico” (SOUSA, 2003, p. 3).

A noção de notícia figura como a unidade básica de sentido da produção jornalística. Para Sodré (2009, p. 24), ela pode ser definida como “o relato de algo que foi ou que será inscrito na trama das relações cotidianas de um real-histórico determinado”, compondo-se como um enunciado ou uma sequência de enunciados. Sua fórmula de produção envolve três grandes etapas: (a) algo significativo ocorreu/está ocorrendo; (b) reconstituiu-se uma narrativa sobre aquilo para

comunicar o incidente ao público; e (c) usa-se uma fórmula retórica específica, buscando atribuir sujeitos (quem), fenômenos (o que), circunstâncias (como), diretrizes espaço-temporais (quando) e geográficas (onde) e razões (por que) à coisa narrada.

Para entender o tratamento dado à informação, podemos tomar como ponto de partida a ideia de fato – simplificada um fenômeno do real-histórico –, trabalhada por Sodré. Associando-o à experiência empírica, o autor nota que, diante dos fatos brutos da realidade, qualquer intervenção na linguagem (inclusive a do jornalismo) já altera seu estado, por pressupor um processo mental de interpretação; em suas palavras, “o fato genérico é uma forma de ser relativa a objetos e fenômenos, enquanto o fato social é uma forma de ser relativa à existência humana, logo, atinente ao que se dispõe ao estar-junto-com-o-outro” (SODRÉ, 2009, p. 29).

A partir dos fatos captados na experiência sensível, são produzidas representações sociais específicas – o acontecimento –, capazes de dar forma e inscrevê-los social e historicamente. Ao ter o factual como matéria-prima, segundo Sodré, o jornalismo produz discursos “realistas” (pois seriam empiricamente comprováveis pelo referente) sob a égide da verossimilhança. Nesse sentido, a produção do acontecimento jornalístico é a notícia, designada como um registro afetivo, calcado na percepção do jornalista. Assim, “em vez da mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação socialmente estética de uma atitude” (SODRÉ, 2009, p. 68).

As notícias, assim, mais do que produtos que visam à transmissão de informações brutas, são percebidas como instrumentos que propõem visadas de mundo e buscam influenciar-nos em nossas experiências cotidianas; revelam-se não como texto, mas como ambiente comunicativo no qual se formam e conformam as representações do real. No mesmo rumo, Cremilda Medina (1988), em um trabalho até hoje muito influente, vê a notícia como mais do que um rela-

to; ela é “uma transformação do mundo exterior, ainda que, por exceção, possa ser um não transformar de algo cuja mudança se esperava” (MEDINA, 1988, p. 80), provocada por um acontecimento substantivo que clama por narração/representação.

Para ambos os autores, quando os traços referenciais e a exposição linear do acontecimento são o principal foco, estamos diante da notícia – que se manifesta, cotidianamente, em boletins de canais de informação 24 horas, notas curtas em jornais ou entradas ao vivo em programas de rádio, por exemplo. Já nos momentos em que o esforço interpretativo e contextual são enfatizados, em detrimento da transmissão pura de dados, caracteriza-se a reportagem – que ganhará, segundo diferentes autores, nomes distintos, como reportagem alinear, reportagem em profundidade, grande reportagem, etc. Conforme argumenta Medina (1988), de forma direta, a reportagem enriquece a complexidade e abrangência da notícia:

Enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa história de antecedentes ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato (MEDINA, 1988, p. 134).

Grande reportagem: jornalismo e narrativa em diálogo

Para Medina, a reportagem em profundidade, denominada “alinear”, possui quatro grandes características: “a ampliação das informações imediatas (notícia)”; o rumo da humanização, “que individualiza um fato social por meio de um perfil representativo”; a “ampliação do fato imediato no seu contexto”; e, por

fim, “o rumo da reconstituição histórica do fato” (MEDINA, 1988, p. 72). Ou seja, informações trazidas de modo mais interpretativo do que enunciativo – a abertura a múltiplos sentidos, no lugar de sua determinação imediata –, recorrendo à presença de personagens/sujeitos que aproximam a informação dada das vivências cotidianas e do resgate histórico/contextual, são formas de, ainda em conexão referencial com o mundo, ampliar a notícia e gerar o que a autora denomina uma “narrativa noticiosa”:

Muniz Sodré, por sua vez, propõe uma analogia, relacionando a notícia a um retrato fotográfico e a reportagem a um pequeno filme: a palavra, “derivada do latim *reportare* com a implicação semântica de levar alguém (no caso, o leitor) novamente à cena de um acontecimento”, designa narrativas que recorrem a técnicas típicas da literatura, “destinadas a aprofundar a atenção do leitor por meio do apelo ao conjunto de sentidos perceptivos” (SODRÉ, 2009, p. 171).

Na mesma linha, Marcela Farré (2004), em um estudo sobre o telejornalismo, propõe uma distinção entre a notícia – ou o noticiário – referencial e a ficcionalizada. Enquanto o primeiro formato está “baseado nas estruturas clássicas, que destacam a referência direta à realidade e minimizam a aparição do enunciador” (FARRÉ, 2004, p. 66, tradução livre)¹, no eixo ficcionalizado há um reforço da enunciação:

Um noticiário referencial, que controla ao máximo as manifestações enunciativas, acabará por expor uma visão mais ou menos unívoca: aquela que considere (ou deseje que seja considerada) a verdade. Já o noticiário ficcionalizado (...) tem à frente um narrador que, procurando acima de tudo construir um pacto com o espectador, coloca seus saberes para a consideração do outro; exhibe a construção de seu pensamento, que manifesta-se como subjetivo e, por vezes, provisório (FARRÉ, 2004, p. 167, tradução livre).²

¹ No idioma original: “Basado en las estructuras clásicas, que destacan la referencial directa con la realidad y minimizan la aparición del enunciador”.

² No idioma original: “Un noticiario referencial, que controla al máximo las manifestaciones enunciativas, acabará por exponer una visión más o menos unívoca: aquella que considere (o deseje que sea considerada) la verdad. El noticiario ficcionalizado (...) tiene al frente a un narrador que, procurando por encima de todo construir un pacto con el espectador, pone sus saberes a consideración del otro; exhibe la construcción de su pensamiento, al que manifiesta como subjetivo y, a veces, provisório”.

Os três autores, em maior ou menor medida, indicam a grande reportagem como lugar de narratividade por excelência no jornalismo contemporâneo: podemos entendê-la como manifestação que, enquanto não nega as convenções e normas clássicas da apuração noticiosa, em especial o rigor de verificação e o vínculo com fenômenos concretos do real, acaba por subvertê-las e renová-las por meio de técnicas da ficção.

Em outros estudos, a formatação da reportagem em profundidade é enxergada como uma espécie de renovação ou “retorno às origens” do fazer jornalístico. Em uma das principais tendências do campo no século XX, o *new journalism* – corrente norte-americana desenvolvida a partir dos anos 1960 e que desafiava os cânones do campo profissional, ao propor reportagens com imersão ativa, uso de personagens e caráter fortemente simbólico e diegético – já se propunha como uma renovação dos métodos de apuração, carregando “o mesmo timbre comum de sensualidade, de mergulho completo, corpo e mente, na realidade” dos movimentos de contracultura da época, combinando a captação linear e a lógica da objetividade à “subjetividade impregnada das impressões do repórter” (LIMA, 2004, p. 195).

Tom Wolfe (2005), em uma obra que acabou se tornando uma espécie de manual para o novo jornalismo, enumera quatro características centrais para essas produções narrativas: (a) a construção cena a cena, com formatação dramática e diegética dos universos narrados; (b) o uso de diálogos em forma plena, a fim de enunciar a enunciação e capturar mais do que citações ou aspas para modular e expressar o pensamento de entrevistados/interlocutores; (c) o emprego de pontos de vista em terceira pessoa, representando o desenrolar dos fenômenos; e (d) a apresentação de costumes sociais e símbolos de status dos personagens, o que permite o delineamento de um quadro psíquico/socioeconômico dos envolvidos no fato. Nada muito diferente, nota-se, do que é levantado pelos autores anteriormente citados à hora de falar de

reportagens aprofundadas.

Já Felipe Pena (2007), em uma pesquisa que constrói importantes marcos referenciais para o jornalismo literário, articula, em torno deste gênero específico, uma série de subgêneros ou especialidades – entre os quais o jornalismo gonzo, o *new journalism*, a crítica literária feita por jornalistas etc. –, cuja característica essencial é a superação das limitações técnicas que reduzem a profundidade e a abrangência dos relatos:

[O jornalismo literário] Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2007, pp. 48-49).

Para outros pesquisadores, como Faro (2013), a reportagem não se restringe ao episódico e ao efêmero, buscando elementos contextuais que relacionam os acontecimentos à própria dramaticidade da existência humana – entendida, obviamente, como algo que também marca o lugar do repórter na apuração dos fatos. Assim, a narrativa jornalística se reveste de certa “natureza antropológica”, ressaltando seu diálogo “com um determinado tipo de autoria discursiva que a retira do território de observação informativo como estruturante fundamental da prática profissional” (FARO, 2013, p. 82).

Nota-se, portanto, que há grande riqueza interpretativa e conceitual sobre as formas de expandir, aprofundar e enriquecer os relatos de informação com base em recursos comumente atribuídos com exclusividade à narrativa de ficção e à própria experiência de mundo, matéria-prima dos processos comunicacionais. Alguns enxergam na grande reportagem traços que a enquadrariam como formato; outros relacionam suas características centrais a novos gêneros ou subgêneros

do jornalismo, com viés literário, narrativo, etc. É necessário para nós, porém, desenvolver uma demarcação metodológica mais uniforme, a fim de alcançar uma compreensão mais clara dessa modalidade de produção jornalística.

Munidos desses olhares sobre a grande reportagem – termo que optamos por adotar aqui, no lugar das definições de jornalismo interpretativo ou literário, reportagem alinear, reportagem em profundidade, etc. –, podemos atribuir alguns traços ou características essenciais ao formato, combinando os diversos aspectos testemunhais, ficcionais, referenciais, afetivos e antropológicos anteriormente debatidos:

- (a) A ampliação espaço-temporal do fato social (contextualização e historicização);
- (b) A construção dramática/diegética das cenas (reforço da narratividade);
- (c) Reforço da enunciação e da autoria (trabalho testemunhal);
- (d) Singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida;
- (e) Uso de técnicas e índices de ficcionalização.

A primeira refere-se ao esforço de construção contextual e interpretativa, durante os processos de apuração, redação e edição, a partir dos quais o fato social é colocado em perspectiva; envolve, por exemplo, o uso de referências a fatos historicamente marcados, o trabalho em torno de arquivos imagéticos e textuais e documentos; e a presença de um ponto de vista específico, que relaciona o tema da reportagem a outros eventos e às consequências que é capaz de produzir. Desse modo, o repórter trabalha a favor da compreensão ampla da notícia, contextualizando-a na realidade circundante (espacialidade) e pontuando-a com a realidade histórica que a constitui (temporalidade) (SODRÉ, 2009, p. 63).

A construção dramática e diegética das cenas envolve o trabalho de reforço da narratividade – ou seja, a elaboração estrutural de uma narrativa moldada

a partir de um conflito ou intriga que move personagens, funções, sequências e cenas específicas para a produção de sentido, de maneira mais intensa do que na notícia convencional, a fim de construir laços de identificação com o espectador, por meio de sua imersão na diegese narrativa. Esse ponto está intimamente associado à lógica da produção de uma dramaturgia jornalística (COUTINHO, 2012), que se aplica notavelmente, por exemplo, à linguagem jornalística em meios audiovisuais.

O terceiro aspecto envolve o reforço da função testemunhal, inerente aos mais diversos processos narrativos e explorado em detalhes na grande reportagem. Por meio do envolvimento ativo do repórter, que se torna, em muitos casos, uma personagem marcada da história contada, trabalha-se a favor de um “retorno” da figura do autor – como vimos, gradualmente apagada na narrativa de informação, por conta do pressuposto da objetividade – e, conseqüentemente, da produção de uma nova e diferente modulação do efeito de real de Barthes (1988), associada à descrição do ambiente combinada à subjetividade e ao processo perceptivo do repórter.

Já o aspecto da singularização ou personalização da notícia, amplamente examinado nos estudos sobre o jornalismo, é um dos recursos básicos de apresentação do assunto que move a pauta informativa. Desde os primórdios do jornalismo de massas do século XX, a tática de humanização consiste em uma das principais formas de estabelecer laços e conexões com o público leitor, abordando determinados problemas, incidentes ou fenômenos a partir de cidadãos comuns – ou “personagens”, como sugestivamente são denominados no ambiente das redações – que os vivenciam, de forma direta ou indireta. Nota-se que esse recurso é alçado a um estatuto diferenciado dentro do processo de produção da grande reportagem, não apenas exemplificando e demonstrando desdobramentos do tema de interesse a partir da figura humana, mas usando-a para mover blocos, sequências e deter-

minadas argumentações da narrativa a partir do ponto de vista da personagem.

O último aspecto, concernente à ficcionalização do relato, dá conta de um fenômeno examinado profundamente por Marcela Farré (2004) em seus estudos sobre o telejornalismo: a utilização de técnicas de montagem, captura e edição para articular narrativamente o acontecimento jornalístico, sem prejuízo essencial à transmissão de conhecimentos e dados a respeito do universo narrado. Em conexão estreita com uma construção dramática dos ambientes visitados durante o processo de apuração, a composição de narrativas de informação com múltiplas vozes em diálogo, construção de cenas, figuração ativa do jornalista e usos poéticos da linguagem é capaz de produzir determinados índices de ficcionalização que reforçam o potencial enunciativo do texto jornalístico, incluindo, mas não se restringindo aos aspectos de “montagem, planos (...); procedimentos retóricos – metáforas, elipses, ênfases –; o sentido da imagem, em sua dimensão referencial e cultural (por exemplo, a presença de estereótipos), entre outros” (FARRÉ, 2004, p. 204, tradução livre)³.

3 No idioma original: “el montaje, los planos (...); los procedimientos retóricos – metáforas, elipsis, énfasis –; el sentido de la imagen, en su dimensión referencial y cultural (por ejemplo, la presencia de estereotipos), entre otros”.

Considerações finais

A revisão de pesquisas e traba-

lhos que focam a diferenciação entre notícia e reportagem foi um importante insumo para compreendermos que, a despeito da divergência de alguns processos de captura de informação e, principalmente, de pontuação e rítmica de linguagem, ambas compartilham os elementos de base da verossimilhança, da marcação social do fato e da construção do acontecimento segundo critérios de objetividade. Nota-se que a grande reportagem figura não como negação ou contraposição, mas como uma expansão ou potencialização da própria notícia, em seus aspectos de narratividade e ficcionalidade.

Nossa hipótese é a de que a grande reportagem abrange os mais diversos formatos aprofundados (literário, investigativo, interpretativo, alinear, literário etc.) do jornalismo, permitindo sua observação a partir de cinco grandes operações de sentido, anteriormente detalhadas. Como parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo é estudar as representações da alteridade na narrativa televisiva, examinaremos futuramente a incidência das cinco características aqui elencadas em um programa jornalístico de grande reportagem, mapeando suas semelhanças e diferenças em relação aos modos de representação do outro na teleficção.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Iluska . **Dramaturgia do telejornalismo**. 1. ed. Rio de Jan.: Mauad -X, 2012.

FARO, José Salvador. Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. **Verso e Reverso**, n.65, 71-77, 2013.

FARRÉ, Marcela. **El noticiero como mundo posible**. Buenos Aires:La Crujia Ediciones, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

FRANÇA, Vera (org.). **Narrativas televisivas: programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. SP: Edusp e Hacker Editores, 2000.

GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

JOST, François. Que significa falar de “realidade” para a televisão? In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 2003.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. In: **Revista MATRIZES**, ano 4, nº 1, págs. 37-50, 2010.

PENA, Felipe. O jornalismo literário como conceito e campo. In: **Revista Contracampo**, UFF, nº 17. Niterói, 2007.

_____. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

RESENDE, Fernando. Para um jornalismo de fricção. In: SOARES, Rosana; GOMES, Mayra Rodrigues (Orgs.). **Profissão Repórter em diálogo**. São Paulo: Alameda, 2012.

SANTOS, Marli dos. Histórias de vida na grande reportagem: encontro entre jornalismo e história oral. **Comunicação e Informação**, v.12, n.2, 21-32, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são?** Construindo uma teoria da notícia. 2003. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em 27 de março de 2011.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Florianópolis: Insular, 2009.

VIZEU, Alfredo Eurico. **Decidindo o que e noticia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.